

# ***A competência material para a ação indenizatória decorrente de acidente de trabalho\****

*Isêlma Maria de Souza Rodrigues \*\**

## ***Introdução***

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, aflorou na comunidade jurídica uma grandiosa e extensa polêmica em torno da competência para dirimir ações de indenização por acidente de trabalho. A questão que exsurge é a seguinte: o empregado deve ajuizar ação, pleiteando a reparação por dano moral decorrente de acidente do trabalho na Justiça do Trabalho ou na Justiça Comum? De quem seria a competência para apreciar estas lides oriundas da relação de trabalho?

Diante destas indagações, resolvemos desenvolver o tema com o desiderato de mostrar que predomina o entendimento de que é da Justiça do Trabalho, a partir da vigente Carta Constitucional, a competência para julgar as causas alusivas à responsabilidade "*civil*" do empregador.

## ***1 O acidente de trabalho***

### ***1.1 Evolução legislativa***

A primeira legislação a tratar do acidente de trabalho foi a alemã, através de Bismarck, em 1884. Estendendo-se, em seguida, pela Inglaterra, França, Itália, Espanha, Portugal e Estados Unidos.

No âmbito da OIT uma série de Convenções, datadas a partir de 1921, tratava da matéria.

Em nosso país, foi pioneira a Lei de Acidente do Trabalho nº 3.724, de 1919. Esta se baseava no conceito de "risco profissional", considerando esse risco como sendo natural à atividade profissional. Essa legislação não estabelecia um seguro obrigatório, mas previa pagamento de indenização ao trabalhador ou à sua família, calculada de acordo com a gravidade das seqüelas do acidente, sendo que a prestação do socorro médico-hospitalar e farmacêutico era obrigação do empregador.

---

\* Texto extraído da monografia elaborada pela autora quando da conclusão do curso de graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPE

Desde então, a legislação brasileira sobre acidentes de trabalho sofreu importantes modificações em 1934 (Decreto 24.637, de 10 de julho de 1934), 1944 (Decreto 7.036, de 10 de novembro de 1944), 1967 (Decreto 293, de 28 de fevereiro de 1967 e Lei 5.316, de 14 de setembro de 1967), 1976 (Lei 6.367, de 19 de outubro de 1976).

A legislação atualmente em vigor é a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, posteriormente regulamentada pelo Decreto Nº 611, de 21 de julho de 1992 (Plano de Benefícios da Previdência Social)

## **1.2 Conceito, elementos, caracterização e aplicação**

A legislação previdenciária que trata do Plano de Benefícios da Previdência Social, Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, em seu artigo 19, define o acidente de trabalho como sendo aquele *“que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”*.

A mesma legislação, de forma extensiva, cria novas formas de acidente de trabalho, quais sejam: a doença profissional - aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social – e a doença do trabalho - aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado.

Foi também estendido o conceito de acidente de trabalho a outros infortúnios, a saber: o acidente ligado ao trabalho que haja contribuído diretamente para a morte do segurado, redução ou perda da sua capacidade para o trabalho; o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de: ato de agressão, sabotagem ou terrorismo, ofensa física intencional,, ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho, ato de pessoa privada do uso da razão, desabamento, inundação, incêndio, caso fortuito ou força maior; a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa; na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito; em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta, dentro de seus planos para melhor

---

\*\* Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, Licenciada em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do TRT13ª Região, atualmente exercendo a função de Assistente de Juiz Presidente na Vara do Trabalho de Mamanguape PB

capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

Escapam ao conceito de acidente de trabalho a doença degenerativa, a inerente a grupo etário, como osteoporose, esclerose etc., a que não produz incapacidade laborativa, a doença endêmica.

Embora não seja nada fácil se buscar conceituar acidente de trabalho, pela gama variada de infortúnios decorrentes da relação de emprego extraída da legislação vigente, podemos, em síntese, assim conceituá-lo: o acidente de trabalho nada mais é que um fato ocorrido dentro do contrato de trabalho, em razão deste e somente tendo em vista a existência da relação de trabalho. Fato este que provoca lesão corporal ou perturbação funcional, podendo acarretar a morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho, já dito.

Do conceito precedente, extraem-se os elementos caracterizadores do acidente de trabalho, quais sejam: a causalidade, a nocividade, a incapacitação e o nexo de causalidade.

O acidente de trabalho pode ocorrer em três hipóteses: lesão corporal; perturbação funcional; e doença profissional ou do trabalho. Lesão é ofensa, dano, prejuízo, pancada, contusão. Lesões corporais são consideradas as ofensas ou contusões que a pessoa sofre em seu corpo. Perturbação funcional é o distúrbio, de intensidade variável, no desempenho de uma função. Doença de trabalho é a doença adquirida ou desenvolvida em função das condições do trabalho.

Caracterizado o acidente de trabalho numa das três hipóteses de ocorrência, tem direito aos benefícios por acidente de trabalho o empregado urbano e rural (exceto o doméstico) e o trabalhador temporário; o trabalhador avulso; o segurado especial (produtor rural em regime de economia familiar).

## ***2 Dos direitos e garantias dos acidentados***

### ***2.1 Prestações relativas ao acidente de trabalho***

A empresa, assim que tomar conhecimento do acidente, deve comunicar o ocorrido à Previdência, para que esta possa providenciar o amparo social.

Provado o direito, ou seja, constatado o acidente em decorrência de atividade da empresa, o acidentado ou, na falta deste, seus dependentes, passarão a receber as prestações correspondentes: a) quanto ao segurado: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente; b) quanto ao dependente: pensão por morte; c) quanto ao segurado e dependente: serviço social e reabilitação profissional.

### ***3 Reflexos no contrato de trabalho***

#### ***3.1 Suspensão do contrato de trabalho como garantia de emprego***

Antigamente, doenças e acidentes sofridos pelo empregado eram causas justas para que o empregador colocasse fim na relação de emprego.

As doenças do empregado passaram a determinar, apenas, a suspensão do contrato de trabalho, em atenção ao princípio tuitivo do direito do trabalho.

A suspensão do contrato vem a ser, assim, uma garantia maior que se dá ao trabalhador, pois faz o mesmo resistir à sua extinção. Paralisa-se transitoriamente a execução do contrato de trabalho. As obrigações principais que cabem aos contratantes, a prestação de serviços por parte do empregado, o pagamento do salário por parte do empregador, deixam de ser exigidas por certo tempo, sem que desapareça a relação contratual, que volta à normalidade quando cessa a causa da suspensão.

#### ***3.2 A conservação do emprego***

A suspensão do contrato de trabalho, em sentido amplo ou restrito, pelo seu alto objetivo protecionista do empregado, vítima de acidente de trabalho, tem três efeitos fundamentais: continuidade do vínculo empregatício e conseqüente conservação do emprego; direito do empregado retornar à antiga função com todas as vantagens atribuídas à sua categoria; e direito do empregado à indenização por despedida injusta se o empregador usar da faculdade de não readmiti-lo quando do seu retorno à atividade.

Trata-se de estabilidade provisória criada por legislação previdenciária em vigor e que suscitou calorosa discussão acerca de sua constitucionalidade, tendo por fim o Supremo Tribunal Federal decidido pela sua confirmação.

A estabilidade acidentária é assegurada ao empregado, vítima de acidente de trabalho, desde a cessação do auxílio-doença até um ano após a alta médica.

Devido também ao empregado acidentado o direito de retorno ao emprego, desde que cessada a sua incapacidade.

### ***4 Das ações relativas ao acidente de trabalho***

A proteção contra o acidente de trabalho é direito social assegurado constitucionalmente.

O empregado, em sede de acidente de trabalho, tem direito à percepção de duas espécies de indenização, uma decorrente da seguridade social e outra lastreada na responsabilidade civil derivada do dolo ou da culpa do empregador. O que nos leva a afirmar que são duas as ações relativas ao acidente de trabalho: a ação acidentária e a ação indenizatória.

A primeira destas ações, a acidentária, decorre de responsabilidade objetiva; a segunda, da responsabilidade subjetiva, ou seja, aquela advinda por culpa ou dolo do agente.

A ação acidentária é cabível contra o órgão previdenciário (INSS) quando não reconhecer o direito ao pagamento do auxílio-acidente, por entender que o empregado não teve sua capacidade laborativa reduzida.

Por outro lado, caso o empregado entenda que o auxílio-acidente que recebe do órgão previdenciário não lhe é suficiente a reparar o dano que o acometera, este poderá pleitear indenização ao empregador pelo infortúnio sofrido, através da nominada ação de indenização.

Faz-se mister não confundir estas duas espécies de ações. A ação acidentária é movida pelo trabalhador e tem a sua pretensão com base no recebimento de parcelas compensatórias (benefícios ou serviços), devendo ser ajuizada contra o INSS. A ação indenizatória poderá ser movida quando o empregado busca as indenizações legais contra o empregador que incorrer em dolo ou culpa.

O pedido acidentário, como dito, surge quando a Previdência Social se nega, por qualquer motivo, a conceder ao empregado acidentado o benefício-indenização que lhe é garantido por Lei. Esta ação é acobertada pelo seguro de acidente, devendo o autor provar apenas o nexo da lesão com a prestação de serviço em regime de contrato de trabalho, inexistindo óbice para que se pleiteie indenização do direito comum no caso de restar comprovado dolo ou culpa grave no evento.

Essa indenização acidentária é paga sem indagação da causa do acidente e o acidentado faz jus a ela pela simples razão de existirem contribuições para a Previdência Social com tal destinação. Exigindo apenas a comprovação do nexo da lesão com a prestação de serviço, terá como parte legitimada passivamente o INSS.

É da Justiça Comum, sem sombras de dúvidas, a competência para sua apreciação.

Antes da Constituição Federal de 1988, esta indenização era assegurada por força da Súmula 229 do STF. Esta dispunha que “(...) a indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador”. Hodiernamente, em face de mandamento constitucional, já não se fala, tão-somente, em culpa grave, podendo ser levada em conta até a culpa leve e ou o dolo, razão por que esta súmula caiu em desuso.

A ação indenizatória se traduz num pedido de reparação civil, cuja concessão depende de culpa ou dolo do empregador. Embora se fundamente num mesmo evento material, a ação indenizatória detém causa de pedir totalmente diversa da ação acidentária.

Nesse tipo de ação, a responsabilidade é subjetiva do empregador que responde autonomamente pelos prejuízos decorrentes.

Sua propositura, diferentemente da ação acidentária que traz no pólo passivo da demanda o INSS, dá-se em face do empregador que concorre com dolo ou culpa.

A ação indenizatória é informada pela culpa da qual resultou o acidente, ou seja, tem como pressupostos o dano suportado pelo empregado, a existência do dolo ou culpa do empregador e o nexo causal entre o dolo ou culpa grave e o dano.

Até 1988 era uníssono o entendimento de que a ação de indenização por acidente de trabalho era da competência da Justiça Comum, eis que fundada a matéria em responsabilidade civil.

A partir de 1998, em virtude de decisão proferida pelo STF, na qual declinava-se pela competência da Justiça Especializada para julgar este tipo de demanda, despontaram, por conseguinte, duas correntes doutrinárias de opiniões opostas sobre a matéria.

Foi gerada esta polêmica pelo fato de a ação de indenização perquirir uma reparação de dano moral, sobretudo decorrente de acidente de trabalho. Polêmica esta que, embora pareça simples, tornou-se uma fonte de julgados e posições antagônicas. De um lado, alguns advogavam que tais dissídios eram da competência da Justiça Comum; outros, manifestavam-se de forma diversa, entendendo que tais demandas eram da competência da justiça especializada, vez que decorria de uma relação de trabalho.

## ***5 A ação indenizatória e a competência da Justiça do Trabalho***

### ***5.1 Critérios tradicionais para fixação da competência material das ações indenizatórias***

Os constituintes de 1969 e de 1988 trataram de modo diverso a questão da competência da Justiça do Trabalho para resolver lides decorrentes de acidentes de trabalho.

A Carta Constitucional anterior era expressa ao definir que a competência para as ações acidentárias era da Justiça Comum dos Estados. Tal definição vinha inserida dentro do próprio dispositivo que tratava da Justiça do Trabalho. Isto inexistia na atual Constituição, a qual não dispõe, expressa e positivamente, sobre a competência para as ações acidentárias. A exegese da competência da Justiça Estadual é feita, de forma equivocada a nosso ver, com base em locução contida no preceito constitucional destinado à Justiça Federal (Art. 109).

A distinção perpetrada pelo artigo 109, I, da Carta da República indica, tão-somente, que a Justiça Federal é incompetente para todas as modalidades de demandas acidentárias.

A partir disto, surgiram posições antagônicas. De um lado, o STJ mostrava-se reticente em atribuir tal competência à Justiça do Trabalho; de outro, sentenciava o STF sustentando que, mesmo sendo a questão regradada pelo Direito Civil, o que importa é que, se o dano decorre da relação de emprego, é competente a Justiça do Trabalho.

Os autores que declinavam ser competente a Justiça Comum Estadual, assim procediam embasados em entendimento sumular e nos seguintes argumentos: a) danos morais ou materiais são matéria de natureza civil e inexistente lei específica que remeta tais lides para a Justiça Laboral; b) o comando constitucional vigente, insculpido no artigo 114, não atribui à Justiça especializada a solução desse tipo de conflito, daí por que se trata de atribuição da justiça ordinária; c) quando a matéria se reveste de índole civil, sua atração para a justiça laboral só será possível se guisada em lei.

A verdade é que toda esta celeuma circunda uma só realidade: nenhuma norma constitucional se propôs a definir de forma clara a quem compete julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente de trabalho. Todo entendimento formado é jurisprudencial e sumular.

## **5.2 A nova visão da competência material na justiça do trabalho**

Repita-se que, ao tratar da competência da Justiça do Trabalho, o legislador constituinte de 1988 não renovou a ressalva relativa aos litígios pertinentes ao acidente do trabalho, inovando em relação às constituições anteriores, pois.

Cristalina é a disposição contida no art.114 da Constituição Federal, no tocante a pertencer à Justiça do Trabalho a competência para julgar as lides havidas entre empregado e empregador, ou seja, aquelas decorrentes da relação de trabalho.

Ora, se o acidente de trabalho ocorre dentro do contrato de trabalho, em razão deste e somente tendo em vista a existência da relação de trabalho, deflui-se que o pedido de indenização por ato ilícito decorrente, embora de natureza civil, deva ser apreciado e julgado pela Justiça Trabalhista, até porque a própria legislação trabalhista em seu artigo 8º, parágrafo único, assim dispõe: “o *direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste*”.

Logo, derivando o acidente de trabalho do relacionamento havido entre trabalhador e empregador e considerando que a Justiça do Trabalho é a única materialmente competente para apreciação e julgamento dos conflitos havidos entre eles, não há porque falar de competência jurisdicional a um outro órgão do Poder Judiciário.

Quando a constituição fala “*em outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho*”, encaixam-se perfeitamente os pedidos de indenização por danos morais decorrentes do acidente de trabalho.

Já é público e notório que o Judiciário Trabalhista hoje não mais está adstrito a julgar litígios com base apenas na legislação trabalhista em vigor. No desempenho de sua função judicante, cabe-lhe a aplicação no caso concreto até de temas jurídicos do direito comum e não mais especificadamente de Direito do Trabalho. O que tem que ser observado é se o objeto que lhe está sendo submetido, visando à prestação jurisdicional, decorre ou não de uma relação de trabalho.

Até a Constituição Federal de 1967, modificada pela Emenda Constitucional nº 1/69, por força de seu art. 142, § 2º, não havia dúvida de que a competência para julgar os dissídios relativos a acidentes do trabalho era mesmo da Justiça Comum. Todavia, com o advento da CF/88, a questão passou a ter tratamento diverso que não pode ser deixado ao descaso.

Primeiramente, porque o art. 114 não repetiu a ressalva contida nas constituições passadas, não devendo o intérprete criar distinção onde a lei não distinguiu.

Em segundo lugar, porque a indenização a cargo do empregador, proveniente do acidente do trabalho, foi incluída no rol dos direitos dos trabalhadores, como expressamente prevê o art. 7º, XXVIII. Conseqüentemente, os dissídios individuais entre empregados e empregadores, referentes às indenizações derivadas do acidente do trabalho, estão no âmbito da competência da Justiça do Trabalho.

Por outro lado, os danos sofridos pelo empregado, provenientes dos acidentes do trabalho, estão diretamente relacionados à execução do contrato de trabalho, mormente porque a culpa do empregador, nessa hipótese, quase sempre resulta da não observância das normas regulamentares de segurança, higiene e saúde no ambiente de trabalho previstas na legislação trabalhista.

É de se ressaltar também que o constituinte de 1988 ampliou a responsabilidade patronal, devendo o empregador oferecer ao trabalhador um local de trabalho sadio, assegurando-lhe que quando demitido esteja em perfeito estado de saúde física e mental para o seu possível e viável retorno ao mercado de trabalho, um local de trabalho onde haja, inclusive, respeito à dignidade da pessoa humana, à sua personalidade e à própria honra.

O que define a questão da competência é a natureza da pretensão. E, em sendo indenização decorrente de uma relação de trabalho, não resta dúvida de que a competência para julgar o dissídio é da Justiça do Trabalho.

O Supremo Tribunal Federal, assumindo seu papel de intérprete da Constituição, nestes termos tem decidido e declara que se a ação é movida pelo trabalhador, não



contra o órgão previdenciário, mas contra o empregador, almejando a indenização por danos sofridos em razão do acidente de trabalho, a competência material fica a cargo da Justiça do Trabalho.

O Supremo Tribunal Federal é o órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro. Sendo assim, não há razão para se querer desvirtuar tal entendimento, bem como nada mais óbvio que outros órgãos da mesma forma se declinem pela competência da Justiça do Trabalho em tais demandas. Até porque o Judiciário Trabalhista encontra respaldo em sua legislação que o permite aplicar o direito comum, desde que haja em consonância com os princípios do direito.

Diante de todas as considerações, não há como se negar que é possível, jurídica e constitucionalmente, remeter a Justiça Laboral as causas que demandem reparação de danos por acidentes do trabalho.

Outrossim, os tribunais que insistem em proceder se posicionando pela competência da Justiça Comum estão ultrapassados e, com certeza, não tendem a acompanhar a evolução legislativa sobre o assunto. Ora, a Constituição anterior foi revogada como um todo. Portanto, razão não há para que não se filie à corrente daqueles que optaram pela competência da Justiça Obreira, já que na atual Constituição é perfeitamente possível a propositura de ação de reparação de danos provenientes de acidente de trabalho contra o empregador perante aquela Justiça Especial.

Imprescindível também se destacar que hoje é uníssono e pacífico o entendimento jurisprudencial acerca da reparação de dano moral no âmbito da Justiça do Trabalho. Sendo assim, incongruência descabida seria não admiti-lo no âmbito da Justiça Especializada Laboral quando decorrente de acidente de trabalho.

## **Conclusão**

Claro e categórico é o dispositivo contido no artigo 114 da carta Magna. Sendo assim, é dever dos órgãos judiciários observá-lo invariavelmente

Não cumpre a Jurisprudência interpretar normas constitucionais a fim de lhe negar vigência e extensão.

Há que se destacar que no caso do acidente de trabalho a jurisprudência é confusa, especialmente porque o inciso I do art. 109 da Constituição dá margem à interpretação de que as causas de acidente de trabalho – inclusive as de indenização nas quais o empregador seja o réu, por exemplo – seriam de competência da Justiça Comum dos Estados.

Porém, o entendimento jurisprudencial e doutrinário, baseado na exegese do art. 114 da atual Carta Constitucional, tende a se tornar uníssono em defender ser da Justiça do trabalho tal competência, até porque já tramita no Senado da República Projeto de Emenda

constitucional que tende a ampliar a competência da Justiça do Trabalho, de forma a abranger os conflitos resultantes do acidente de trabalho.

### ***Bibliografia***

ALMEIDA, Isis de. *Manual de Direito Processual do Trabalho: Introdução ao processo Judiciário do Trabalho*. São Paulo, LTr, 2002.

DALAZEN, João Oreste. *Competência Material Trabalhista*. São Paulo, LTr, 1994.

\_\_\_\_\_. *Indenização Civil de Empregado e Empregador por Dano Patrimonial ou Moral*. Revista de Direito do Trabalho, São Paulo, RT, março/2002. n.77, p.53.

FIUZA, César. *Direito Civil: Curso Completo*. Belo Horizonte, Del Rey, 2002.

FIUZA, Ricardo et ali. *Novo Código Civil Comentado*. São Paulo, Saraiva, 2003.

FLORINDO, Valdir. *Dano Moral e o Direito do Trabalho*. São Paulo, LTr, 1999.

HASSON, Roland. *Acidente do Trabalho & Competência: Consequências da Sucessão das Normas no Tempo*. Curitiba, Juruá, 2002.

MARTINS, João Vianey Nogueira. *O Dano Moral e as Lesões por Esforços Repetitivos*. São Paulo, LTr, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Comentários à CLT*. São Paulo, Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. *Direito da Seguridade Social*. São Paulo, Atlas, 2001.